



VENDAS NOVAS

MUNICÍPIO

Nota Curricular

I - Dados pessoais:

Nome: António Manuel Louro Prata

Data de nascimento: 21 de abril de 1970

Naturalidade: Viseu

II - Formação académica:

- 3.º Lab. Justiça – Justiça com Impacto pela NOVA SBE – Executive Education (em frequência).
- Frequentou o Curso de Preparação para o Concurso de Acesso à Carreira de Auditor de Justiça na Universidade Lusíada de Lisboa (2011)
- Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa (2010).

III - Experiência profissional:

De 2021 a 2025 – desempenhou as funções de chefe de divisão da Divisão de Resolução Alternativa de Litígios do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL) da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), prestando apoio à Direção e coadjuvando a Diretora de Serviços do GRAL. Neste âmbito:

- Acompanhou os processos de criação de julgados de paz, o funcionamento dos sistemas públicos de mediação, a prestação de informação pelos diversos canais informativos da DGPJ sobre resolução alternativa de litígios, a elaboração de propostas de atos legislativos e regulamentares neste domínio, bem como a monitorização da atividade dos julgados de paz e do seu relacionamento com os parceiros do Ministério da Justiça (municípios e comunidades intermunicipais);
- Participou em diversas reuniões preparatórias de estabelecimento de parcerias para a criação de novos julgados de paz;
- Colaborou ativamente no desenvolvimento da nova plataforma eletrónica de tramitação processual no âmbito dos meios de resolução alternativa de litígios – Plataforma RA+.
- Participou da gestão do SISPACSE – Sistema Público de Apoio à Conciliação no Sobre-Endividamento;
- Monitorizou o processo de depósito das decisões arbitrais em matéria administrativa e tributária;
- Colaborou na gestão e acompanhamento da equipa do GRAL, assumindo a função de avaliador no contexto do SIADAP.

De 2017 a 2021 – exerceu funções na Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), na carreira e categoria de técnico superior, prestando apoio técnico-jurídico no Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios, onde participou, designadamente, em projetos de monitorização, avaliação e criação dos julgados de paz e também em estudos e na elaboração de vários anteprojetos de regulamentação de diversos aspectos relativos ao funcionamento e organização dos meios de resolução alternativa de litígios.

De 2012 a 2017 – exerceu funções na Direção-Geral da Administração da Justiça, inicialmente em comissão de serviço e, posteriormente, na carreira e categoria de técnico superior, prestando apoio técnico-jurídico na Divisão de Planeamento e Organização, tendo



VENDAS NOVAS

MUNICÍPIO

participado, designadamente, nos trabalhos de natureza técnica e de propostas legislativas e regulamentares relativas à Reforma do Mapa Judiciário e subsequente monitorização e ajustamentos, tendo participado também no acompanhamento e monitorização do movimento processual registado pelo Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e pelo Tribunal da Propriedade Intelectual no contexto do programa e pós-programa acordado entre o Governo de Portugal e as Instâncias Internacionais (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional).

No plano internacional, integrou a delegação de Portugal no Comité Preparatório responsável pela instalação do Tribunal Unificado de Patentes e do Centro de Mediação e Arbitragem de Patentes.

De 1992 até 2012 – exerceu funções de Oficial de Justiça.

IV - Formação profissional mais relevante:

Frequência do “Curso Avançado de Arbitragem Administrativa” realizado pelo Instituto de Ciências Jurídico Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que decorreu online, no período de 28 de janeiro de 2021 a 25 de março de 2021, com a duração de 27 horas.

Formação diversa nas áreas de Direito Administrativo, Direito Civil e Legística, entre outras.